

ATA DA 029ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dieter Jansen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Discorre sobre as medidas do governo federal para evitar a desindustrialização.

Explicação Pessoal

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Comunica viagem a Brasília para audiência pública na Câmara Federal.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (pela ordem) - Informa que foi escolhido pelo governador novo líder no governo na Casa.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra a presença de professor e alunos da Furb.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Abre as discussões sobre a demissão do delegado Cláudio Monteiro e outros episódios de crise na Segurança Pública.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (aparte) - Pede apoio da base do governo para garantir que a Segurança Pública e a Deic possam atuar de forma autônoma.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Afirma que a Casa não pode fechar os olhos para o que está acontecendo na Segurança Pública.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Registra a realização de seminário envolvendo todo o setor energético; repudia agressão a uma dirigente sindical durante manifestação em frente a uma fábrica, em Agrolândia.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Elogia sindicatos pela realização de seminário para discutir a questão energética.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Comenta os resultados obtidos pelos municípios catarinenses no Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF).

DEPUTADO SILVIO DREVECK (aparte) - Elogia o pronunciamento do deputado Nilson Gonçalves.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Informa a realização de atividade do Fórum Permanente do Aquífero Guarani e das Águas Superficiais e a II Mostra do Vinho Catarinense.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Comunica que a comissão do Mercosul se reunirá com várias personalidades para da questão das Ilhas Malvinas.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Defende o delegado Cláudio Monteiro.

DEPUTADO JAILSON LIMA (aparte) - Solidariza-se com o delegado Cláudio Monteiro.

DEPUTADO DIETER JANSSEN - Defende a necessidade da reforma tributária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra a primeira oradora inscrita, deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Luciane Carminatti, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

(Passa a ler.)

"Quero ressaltar importantes decisões tomadas pela nossa presidente Dilma Rousseff, que tanto orgulha mulheres e homens do Brasil. Essas decisões visam a garantir o crescimento e a política de distribuição de renda do nosso país.

Nosso partido já fez menção a essas decisões da presidenta Dilma Rousseff num discurso na semana passada, mas é sempre bom lembrar o quanto vai bem o governo da nossa presidenta, o quanto vão bem as pessoas, os brasileiros e brasileiras que moram em nosso país.

Ontem, para orgulho nosso, a presidenta Dilma Rousseff fez uma visita aos Estados Unidos e foi recebida pelo presidente Barack Obama. O encontro com os empresários, que era para durar 45 minutos, durou uma hora e meia. Nessa visita ela afirmou que tem convicção de que a saída para a crise não está em políticas recessivas nem na supressão de conquistas sociais, pois apenas políticas monetárias não contribuem para a retomada de crescimento.

O Brasil tem ensinado ao mundo que é possível crescer garantindo a melhoria da qualidade de vida de homens e mulheres que constroem a riqueza das nações. E nessa direção forma anunciadas, na

semana passada, importantes medidas que recolocam o Brasil na rota do crescimento sustentável.

Quero aqui destacar algumas medidas que influenciam diretamente setores econômicos dos mais importantes para o nosso estado, em especial para o vale do Itajaí e para a minha cidade, Blumenau.

A presidenta Dilma Rousseff anunciou novas ações do Programa Brasil Maior, que faz parte da estratégia de desenvolvimento brasileiro diante da crise internacional que assola os Estados Unidos e a Europa. O governo vai desonerar, vejam bem, a folha de pagamento das empresas para reduzir os custos de produção, de exportação, gerar mais empregos e formalizar a mão-de-obra e o Tesouro Nacional vai compensar eventuais perdas de arrecadação das contribuições previdenciárias.

A contribuição previdenciária patronal que hoje é de cerca de 20% sobre a folha de pagamento será eliminada. Por outro lado, essa desoneração será parcialmente compensada por uma nova alíquota que varia de 1% a 2,5% sobre o faturamento. Essa nova alíquota, catarinenses, não incidirá sobre as exportações. Já as importações sofrerão aumento do PIS/Cofins correspondente à alíquota sobre o faturamento.

Quinze setores da indústria serão beneficiados com a desoneração da folha de pagamento que deve somar R\$ 7,2 bilhões. As medidas entram em vigor em 90 dias. Entre os setores beneficiados com a desoneração temos importantes segmentos instalados em Santa Catarina, como é o caso da indústria têxtil e de confecções de Blumenau e região.

Além desses, foram beneficiados a indústria de couro e calçados, a de móveis e plásticos, a de material elétrico e autopeças e também os hotéis. Todos de grande abrangência em nosso estado.

O pacote, srs. deputados e sras. deputadas, também inclui a redução de IPI já anunciada pelo governo para o setor da linha branca, de laminados, de papel de parede e de luminárias. Já o Reporto será ampliado para desonerar os impostos e tributos que incidem sobre os investimentos em portos e ferrovias. Além disso, vai incluir os

investimentos em armazenagem, máquinas e equipamentos com melhor eficiência energética e sistemas de segurança e de monitoramento.

O governo da presidenta Dilma Rousseff decidiu postergar o prazo do recolhimento do PIS e da Cofins para os setores de autopeças, de têxteis, de confecção, de calçados e de móveis. O pagamento dos impostos de abril e maio será postergado pelo governo federal para os meses de novembro e dezembro.

Foram também ampliados os recursos do setor privado nas ações e serviços de prevenção e combate ao câncer. As pessoas físicas e jurídicas poderão deduzir do Imposto de Renda as doações e patrocínios em favor de associações ou fundações dedicadas à pesquisa e tratamento de câncer. Nesse caso, o impacto fiscal estimado é de R\$ 305,8 milhões em 2013 e R\$ 337 milhões no ano seguinte.

A equipe econômica do governo anunciou ainda medidas de estímulo à indústria nacional por meio das compras governamentais. Bens e serviços nacionais terão prioridade, com margem de preferência de até 25% sobre os produtos importados. O governo estima que investirá R\$ 3,5 bilhões em medicamentos, fármacos e biofármacos nos próximos cinco anos. Já a compra de retroscavadeiras e motoniveladoras consumirão R\$ 400 milhões até dezembro de 2015.

Além dessas medidas, o governo federal decidiu iniciar um processo de redução dos juros bancários, que são abusivos no Brasil. A Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, a partir desta semana, reduzirão drasticamente os juros dos financiamentos do cheque especial e do cartão de crédito.

Quero parabenizar mais uma vez a nossa presidenta Dilma Rousseff, que tanto orgulha o povo brasileiro pela firmeza e pela coragem, pois tem realmente demonstrado competência e eficiência para conduzir o nosso país.

Quero dizer também que isso é o que o povo brasileiro está sentindo, porque segundo a última pesquisa, o governo da presidenta Dilma Rousseff tem 77% de aprovação do povo brasileiro. Tenho

certeza de que o Brasil está no caminho certo, pois, como sempre disse o nosso ex-presidente Lula, é preciso crescer distribuindo renda.

Era isso, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Esta Presidência suspende a presente sessão até as 16h, para que as comissões possam reunir-se e realizar o seu trabalho.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação da final do Projeto de Lei n. 0018/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação da final do Projeto de Lei n. 0031/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0134/201 e 0143/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0135/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0136/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0137/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0138/2012, 0139/2012 e 0140/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; e 0141/2012 e 0142/2012, de autoria do deputado Jailson Lima.

A Presidência comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0310/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0331/2012 e 0332/2012, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0333/2012 e 0335/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0336/2012, de autoria do deputado Nilson

Gonçalves; 0338/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 0339/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0340/2012 e 0341/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; e 0342/2012 e 0343/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Requerimento n. 0334/2012, de autoria do Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem ao superintendente da OI Celular em Santa Catarina, pedindo a instalação de uma torre de telefonia celular no distrito de Craveiro, no município de Santa Terezinha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0337/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem às operadoras de telefonia móvel, TIM, Claro e OI, pedindo a instalação de torre de telefonia móvel no distrito de Craveiro, no município de Santa Terezinha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 011/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, a ser enviada à presidente do Sititev de Rio do Sul e região, manifestando solidariedade e repúdio à agressão física que sofreu.

O deputado Jailson Lima não está presente, por isso está retirada de pauta a presente moção para que ele possa explicar os fundamentos da mesma.

Moção n. 012/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada à presidente do Sititev

de Rio do Sul e região, manifestando solidariedade e repúdio aos atos de violência por ela sofridos.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - A moção é da bancada feminina desta Casa, sr. presidente, em solidariedade a uma sindicalista que foi agredida física e verbalmente no município de Agrolândia por empresários daquela região quando fazia manifestação em defesa das trabalhadoras de uma confecção.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero reforçar essa moção porque não se admite coibir a liberdade de expressão de uma categoria funcional. Inclusive, lá em Joinville mais de 4 mil trabalhadores estão em greve e hoje, pela Constituição, o direito de greve é garantido.

Pela informação que tivemos, a mobilização foi na frente da empresa, e os dirigentes sindicais não podem sofrer esse tipo de agressão. Então, somos favoráveis à moção, pois não queremos que isso aconteça em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em discussão a moção.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0019/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública, solicitando informações sobre os apontamentos funcionais nas fichas de conduta de cada um dos policiais e

bombeiros militares punidos em razão da participação no movimento reivindicatório ocorrido no período de 22 a 27 de dezembro de 2008.

Deputado Sargento Amauri Soares, para contribuir com v.exa., pergunto se quer aperfeiçoar esse pedido de informação, relatando a questão da anistia. Acho que está mal redigido o texto, pois não fala sobre isso.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, evidentemente v.exa. tem mais capacidade do que este parlamentar para isso, mas li o texto e achei excelente, inclusive porque faz referência à Lei n. 555, que é a Lei da Anistia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Pedido de Informação n. 0020/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima e outros, a ser enviado ao secretário de estado da Segurança Pública, solicitando informações sobre as providências tomadas na apuração dos fatos a respeito da agressão sofrida pela presidente do Sititev de Rio do Sul e região.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Não iremos deliberar os vetos no dia de hoje. No entanto, temos que iniciar a sua deliberação, uma vez que chegaram novos. Com relação àqueles sobre os quais não há acordo, podemos aguardar para votar.

Os vetos opostos a projetos de origem parlamentar serão deliberados na próxima terça-feira, com quórum qualificado. Não há mais como

postergarmos, a não ser aqueles vetos que estão carentes de acordo, como o do Tribunal de Contas e mais dois ou três que precisam de entendimento para votação. Os demais serão votados na terça-feira e estão incluídos automaticamente na pauta.

Fim da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, gostaria de justificar a minha ausência amanhã e depois neste plenário, porque fui convidada para participar, em Brasília, de uma audiência pública na Câmara dos Deputados sobre o Projeto de Lei n. 2.295, que regulamenta a carga horária dos profissionais da área de enfermagem para 30 horas semanais, projeto esse que tramita há 11 anos no Congresso Nacional.

Como me convidaram para ser a mediadora de uma mesa redonda em que estarão presentes diversos deputados para discutir esse projeto de lei que é de fundamental importância para os profissionais da área de enfermagem, estou apresentando a justificativa da minha ausência no dia de amanhã.

Muito obrigada.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Rapidamente, sr. presidente, gostaria de comunicar à Mesa e à Casa que recebi um convite de sua excelência, o governador do estado de Santa Catarina, para representá-lo como líder do governo na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Aceitei o convite e agradei. Fiquei muito honrado, mas quero comunicar a todos que dependo do apoio principalmente dos deputados que compõem a base do governo. Estou muito bem assessorado pelo deputado José Nei Ascari, que é o vice-líder,

que tem um conhecimento pleno do funcionamento desta Casa, pois foi muito tempo chefe de gabinete do ex-presidente Julio Garcia e hoje é deputado estadual. Também conto com a compreensão dos nobres companheiros que fazem oposição no Legislativo de Santa Catarina, porque hoje, sr. presidente, todos nós, querendo ou não, somos governo, seja em Santa Catarina, seja em Brasília e passamos por dificuldades semelhantes.

Eu tenho certeza de que o convite que o governador me fez foi uma maneira, sr. presidente, de prestigiar a capital dos catarinenses, assim como fez com a região serrana, ao convidar anteriormente o deputado Elizeu Mattos. Provavelmente, no próximo ano, quem sabe, seja um representante do planalto norte ou do sul do estado. Passa-me pela cabeça que o governador pretende fazer um rodízio de lideranças.

Senti-me muito honrado com o convite e pretendo corresponder à confiança do governador.

Muito obrigado!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, quero apenas registrar que está entre nós, nas galerias desta Casa, o professor Paulo e a professora Gisele, juntamente com os alunos do 10º semestre do curso de Direito da Furb, que futuramente será uma universidade pública, dando um ensino de qualidade a toda aquela comunidade.

Muito obrigada pela presença!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o primeiro orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha pela TVAL e Rádio Alesc Digital.

Sr. presidente, quero falar também em nome da nossa bancada sobre a questão da Segurança Pública

em Santa Catarina, uma preocupação dos srs. deputados, das sras. deputadas, da sociedade catarinense e do nosso partido.

Temos acompanhado nesses últimos anos inúmeros fatos relacionados à segurança pública neste estado, desde a fuga ocorrida no primeiro semestre do ano passado. Temos acompanhado situações gravíssimas como o caso, deputada Luciane Carminatti, de Chapecó, da morte do vereador Marcelino Chiarello, sobre a qual até hoje não houve resposta. Temos acompanhado inúmeros fatos relativos aos policiais, problemas internos, descontentamento da categoria em virtude do mau tratamento.

Nesse final de semana, especificamente nesse feriado, a imprensa catarinense se reportou a questões gravíssimas, sobre as quais esta Casa tem que tomar providências. Felizmente hoje, com os meios de comunicação que existem, jornais, internet e outras formas, a sociedade tem participado e se posicionado sobre esse debate mais de perto.

A partir da demissão do delegado Cláudio Monteiro instalou-se uma espécie de crise na Segurança Pública de Santa Catarina, e essa crise nos preocupa, deputada Ana Paula Lima. Temos conversado sobre isso e não temos dúvida de que esta Casa precisa acompanhar de perto a situação da Segurança Pública em Santa Catarina.

Não estamos defendendo esse ou aquele delegado, mas Cláudio Monteiro, há pouco tempo, inclusive, foi homenageado nesta Casa como um grande profissional. De qualquer maneira, não estamos defendendo o delegado Cláudio Monteiro, nem a demissão do gerente que denunciou o desvio de motores e peças na região norte do estado, o delegado Jorge Luiz Köppel.

Entretanto, essa situação faz com que a nossa bancada se posicione no sentido de propor a instalação de uma CPI para investigar e acompanhar a crise na Segurança Pública de Santa Catarina.

Não temos dúvida de que existem graves problemas. Hoje novamente a imprensa publicou várias matérias sobre isso. Há pessoas se

posicionando, delegados se posicionando, como o delegado Renato Hendges, que é uma das grandes figuras da área da segurança no estado de Santa Catarina, todos perplexos e preocupados com a situação atual. Não queremos acreditar que tudo isso tenha o intuito de intervir, de destruir, de esvaziar, que tem feito um serviço importante nesses últimos tempos, desde desmontar até prender quadrilhas. Com relação à luta contra as quadrilhas que explodem caixas eletrônicas de bancos, tem sido feito um trabalho importante. O que há de fato? Qual é a crise? O que há por trás disso? O que está acontecendo?

Por isso, sr. presidente, estamos propondo, apelando e pedindo aos srs. deputados que esta Casa investigue e acompanhe de perto a situação da segurança pública. A sociedade catarinense está insegura e há um desmanche na Segurança Pública de Santa Catarina. Essa é a grande preocupação.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Deputado Dirceu Dresch, sua afirmação está comprovada no jornal de hoje, nas palavras do delegado Renato Hendges, que fez uma denúncia, na minha avaliação, muito grave, com relação à intenção da secretaria da Segurança Pública de desativar o programa Guardião que se destina à escuta telefônica e que está instalado e disponível para os policiais de todo o estado.

Disse o delegado:

(Passa a ler.)

"Querem levar uma ferramenta operacional, cuja utilidade já foi comprovada, para atender questões políticas na secretaria da Segurança Pública."

Então, acho que é muito grave essa afirmação. Nós temos, sim, que construir o apoio dos deputados e quero pedir a assinaturas dos parlamentares da base do governo para a instalação de uma CPI, porque precisamos garantir que tanto a secretaria da Segurança Pública quanto possam atuar de forma autônoma, para garantir a segurança pública.

Já sentimos na pele o que foi a investigação sobre a morte do vereador Marcelino Chiarello, de Chapecó, pois o próprio secretário da Segurança Pública afirmou, na presença de várias autoridades, que a secretaria da Segurança Pública carece de estrutura, de equipamentos e de pessoal para fazer um bom trabalho, confirmando a sua fragilidade.

Então, precisamos, deputado Dirceu Dresch, saber até que ponto aquela secretaria tem autonomia, isenção e vai continuar, sem a figura, deputada Ana Paula Lima, do delegado Cláudio Monteiro, as investigações capitaneadas por esse delegado. Mas o mais grave não é a saída desse delegado, porque ontem mais um profissional responsável por investigações também perdeu o cargo. Assim sendo, a pergunta que se faz é a seguinte: o que está por trás dessas diárias? Será que são apenas diárias indevidas ou será que se está querendo encobrir investigações seriíssimas?

Então, nós, como deputados, temos que contribuir para que a verdade venha à tona.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, deputada Luciane Carminatti.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado Dirceu Dresch, parabéns pelo tema. Esta Casa não pode ficar de olhos fechados àquilo que está acontecendo na Segurança Pública de Santa Catarina. Em primeiro lugar, estamos vivendo um estado de insegurança e, em segundo, há denúncias recentes contra vários profissionais da área da segurança, denúncias essas que têm que vir à tona para que se possa verificar qual é o problema. É o delegado Renato Hendges, é o delegado Cláudio Monteiro e ontem mais um profissional saiu da área. Acho que essas pessoas sabem muito, mas elas têm que vir a esta Casa dar explicação sobre o que está ocorrendo na Segurança Pública do estado de Santa Catarina.

Entendo que a bancada do Partido dos Trabalhadores tem a missão de investigar. E está

sendo proposta aqui, não sei se direta ou indiretamente, que seja instalada uma CPI para investigar tudo isso, porque a todo o momento a imprensa está noticiando mais problemas.

Nesse final de semana, deputado Dirceu Dresch, um tenente da PM do município de São Miguel d'Oeste fez graves denúncias ao esquema de insegurança em que vive o nosso povo.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Quero reafirmar essa questão de que a sociedade catarinense está vivendo um clima de insegurança. Todas as pesquisas de opinião estão mostrando a preocupação das famílias com a falta de segurança.

Então, não podemos aceitar essa situação e precisamos impedir a perspectiva de desmanche da Segurança Pública de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero fazer, primeiramente, o registro de um seminário que foi realizado nesta Casa e que envolve todo o setor energético.

Sabemos que em 2015 teremos a renovação das concessões por parte das operadoras, sendo que o Sindicato dos Eletricitários está-se mobilizando para fazer um debate sobre a qualidade da energia, como também sobre todo o processo de automação que tem colocado os trabalhadores numa condição desumana.

Participaram do seminário, que se realizou no plenarinho desta Casa, também os deputados Dirceu Dresch e Neodi Saretta, ocasião em que os movimentos sociais e os sindicatos trouxeram, com muita consistência, esse tema para o debate, debate esse que não se limita ao setor energético, porque interfere não somente na vida dos eletricitários, mas na vida das pessoas de um modo

geral, na medida em que temos que discutir o valor da tarifa de energia elétrica, que é uma das mais caras do mundo, além das condições da geração de energia, posto que estão em jogo a automação do setor e o menosprezo ao trabalho de milhares de funcionários.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Obrigado, deputada Luciane Carminatti, de fato, pela manhã participamos de uma parte do debate destinado a pensar num novo modelo tecnológico e energético para o Brasil.

Quero parabenizar o Sinergia e as demais entidades que promoveram esse evento nesta Casa, no dia de hoje. A Alesc contribuiu muito para a realização do Sustentar e de outros eventos que têm discutido a questão da energia renovável, um novo modelo energético e a polêmica dos atingidos pelas barragens, que são os agricultores que moram nas áreas a serem alagadas. Há poucos dias houve uma mobilização por parte desses trabalhadores que se estão organizando e pensando também numa nova perspectiva energética no Brasil.

Assim sendo, quero cumprimentar todos os dirigentes e lideranças que estão aqui e também v.exa. pelo seu pronunciamento.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Outro registro que gostaria de fazer diz respeito à minha indignação, já manifestada pela deputada Ana Paula Lima e pelo deputado Jailson Lima, com relação à agressão ocorrida em Agrolândia por parte de um empresário do setor de vestuário, em que a presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Fiação, Tecelagem e Vestuário de Rio do Sul e Região, a nossa guerreira Zeli da Silva, participava de uma manifestação em frente a uma empresa naquela cidade, na tarde do dia 4, quando foi covardemente agredida.

Quando tive acesso à foto, e todos podem ter acesso a essa divulgação, fiquei com a impressão de que isso não estava acontecendo. Não é possível que em 2012, quando o Brasil é signatário de

várias declarações internacionais para que sejam cumpridas recomendações do ponto de vista do direito trabalhista, previdenciário, de proteção social, de proteção dos direitos da pessoa humana, além de uma Constituição Federal que garante a livre organização sindical, não somente a sindicalização como também a entrada e a livre manifestação no local de trabalho, tenhamos que conviver com tamanha brutalidade.

Não concordo com a tese de que os patrões são do mal e os trabalhadores são do bem. Acredito que já vencemos essa fase. Hoje, o Brasil é governado por uma grande presidenta da República, cujo partido, o PT, com o seu jeito de governar ano após ano, governo após governo, faz com que sentem à mesma mesa empresários e trabalhadores discutindo remuneração, carga horária, direitos trabalhistas e a avaliação necessária pela qual o trabalhador tem que passar.

Portanto, esse espírito grandioso, soberano de uma nação que quer fazer-se respeitar não combina com uma atitude autoritária, agressiva, antidemocrática e ilegal. Está fora de qualquer padrão democrático, está fora de qualquer padrão que combine com o estado democrático de direito.

Faço essa reflexão para também demonstrar o meu repúdio a essa atitude, para solidarizar-me como deputada, como mulher e, acima de tudo, como trabalhadora, com a companheira Zeli. Não podemos permitir que isso ocorra, não podemos permitir que as pessoas não sejam respeitadas pela sua profissão, pela sua participação sindical, pelo seu jeito diferente de olhar o mundo.

Quero manifestar a minha solidariedade e colocar-me à disposição, na comissão de Direitos e Garantias Fundamentais da Assembleia, da Zeli, no sentido de que ela terá todo o nosso apoio. Zeli fez o Boletim de Ocorrência e deve acionar o agressor. Não importa quem seja o agressor, quando agimos com violência, sempre perdemos.

Apoio a luta dos sindicatos, das sindicalistas e também a preservação da vida, acima de tudo!

Muito obrigada.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Luciane Carminatti.

Srs. deputados Padre Pedro Baldissera e Maurício Eskudlark, houve um pequeno equívoco na lista dos inscritos. V.Exas. concordam que o deputado Nilson Gonçalves faça uso da palavra, neste momento?

(Os deputados aquiescem.)

Com a concordância dos referidos deputados, com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado, sr. presidente. Muito obrigado também aos deputados Maurício Eskudlark e Padre Pedro Baldissera pela deferência. Somos amigos, além de parceiros nesta Casa, evidentemente.

Dando uma olhada nos municípios com maiores índices de gestão administrativa no país, li o seguinte:

(Passa a ler.)

"Se fosse montada uma cartilha resumida apontando os caminhos para uma boa gestão municipal, ela poderia ser resumida em quatro eixos: controle social, planejamento, transparência e responsabilização dos servidores."

Essas seriam as bases para uma grande administração, pelo menos essa é a base para um dos municípios que se destacou em nível nacional como gestor do dinheiro público, a cidade de Maringá, no Paraná, que é a oitava colocada no "ranking" nacional. É o melhor município em termos de gestão no Paraná, sendo lá foi criado um dos diferenciais, que é o Observatório Social de Maringá, dentro da gestão municipal.

(Continua lendo.)

"O Observatório Social de Maringá acompanha em tempo real a execução do Orçamento e indica as necessidades da cidade. O presidente do Observatório conta que os responsáveis por esse acompanhamento são voluntários sem participação político-partidária. Ele afirma que é essa mobilização popular que torna Maringá referência de administração."

Maringá, dentro do "ranking" nacional, está em oitavo lugar e no Paraná é o primeiro município em termos de gestão municipal.

E aí fiquei curioso para ver como estaria Santa Catarina dentro desse "ranking" de gestão pública. Nessa conjuntura, os municípios de Santa Catarina, para minha surpresa, apresentaram um quadro de ótima gestão fiscal em 205 municípios. Eles foram avaliados com gestão fiscal excelente ou boa, a segunda maior proporção entre os estados brasileiros. O estado colocou 69 municípios entre os 500 maiores resultados do país, numa proporção superada apenas pelo Rio Grande do Sul.

De modo geral, o quadro fiscal dos municípios catarinenses se caracterizou por baixo comprometimento com a folha de salários, eficiente administração de restos a pagar e elevados investimentos. Prova disso é que os municípios de Santa Catarina apresentaram médias no IFGF Liquidez e IFGF Gastos com Pessoal acima do resultado brasileiro, e a segunda maior média do país no IFGF Investimentos. Além disso, em Santa Catarina nenhum município apresentou gastos com pessoal superiores ao limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, o que para mim foi uma surpresa, até pelo número elevado de municípios que vimos nesse "ranking".

No "ranking" catarinense, em primeiro lugar está o município de Balneário Camboriú, sendo que no Brasil ele ocupa o 11º lugar. Bombinhas está em segundo lugar em Santa Catarina e em 26º em nível nacional. Porto Belo está em terceiro em Santa Catarina e em 40º em nível de Brasil. Itapoá está em quarto lugar em no estado em 41º no país. São Carlos está em 5º lugar em Santa Catarina e em 47º nacionalmente. Já Garopaba ocupa o 6º lugar em Santa Catarina e o 48º em nível de Brasil. Timbó ocupa o 7º lugar em Santa Catarina e o 53º no Brasil. Campo Alegre ocupa o oitavo lugar em nível de Santa Catarina e o 70º em nível de Brasil. Criciúma ocupa o nono lugar em Santa Catarina e o 72º em nível de Brasil e Balneário Arroio do Silva ocupa o 10º lugar em Santa Catarina e o 74º no país.

Uma coisa que me chamou bastante a atenção também foi que, ao contrário do que se poderia esperar, as capitais não apresentaram preponderância nos resultados nacionais. Apenas sete ficaram entre os 500 melhores resultados do país: Porto Velho, por incrível que pareça, Vitória e Porto Alegre, únicas capitais avaliadas com gestão fiscal de excelência, seguidas por São Paulo, Curitiba, Campo Grande e Florianópolis. Os três últimos lugares no "ranking" das 26 capitais ficaram com Natal, Macapá e Cuiabá.

Se formos analisar o índice de responsabilidade daqueles que dirigem os nossos municípios, esse levantamento nos dá um alento bastante grande em nível de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu cedo a palavra para um dos melhores prefeitos de Santa Catarina e hoje meu parceiro de Assembleia Legislativa, deputado Silvio Dreveck.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Deputado Nilson Gonçalves, como sempre v.exa. faz um discurso dessa tribuna com conteúdo. Eu quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e, além disso, indagar qual foi o instituto - eu não prestei atenção no início e desculpe a minha falta de atenção - que fez esse trabalho, porque é importante para nós, parlamentares, e para todo o Brasil conhecer como está a eficiência das administrações públicas municipais no Brasil.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Foi a Firjan, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Uma instituição confiável, com certeza!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Eu tive a curiosidade de procurar saber como Santa Catarina estaria colocada nesses índices e causou-me bastante surpresa ver que no estado não há nenhum município que extrapole o limite da Lei de Responsabilidade Fiscal em relação à folha de pagamento, o que é muito importante!

É necessário frisar também que esses municípios catarinenses estão em primeiro lugar principalmente devido ao fato de serem cidades com alta relevância turística. Por isso também têm esse faturamento bastante alto dentro daquela análise feita pela Firjan.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Parabéns, deputado, pelo seu pronunciamento e obrigado pelas informações.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Se por acaso algum deputado tiver interesse, tenho o material em mãos e posso pedir à assessoria que faça uma fotocópia e entregue aos colegas que tiverem interesse.

Eu teria outro assunto muito interessante para abordar, sr. presidente, mas o tempo já conspira contra a minha pessoa, pois somente disponho de 33 segundos. Portanto, quero mais uma vez agradecer aos deputados Maurício Eskudlark e Padre Pedro Baldissera por terem-me dado essa oportunidade de falar antes das 17h.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

O próximo orador inscrito é o deputado Padre Pedro Baldissera, que fez uma troca com o deputado Maurício Eskudlark e tem a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, desde já quero agradecer a gentileza do deputado Maurício Eskudlark.

Aproveitamos a nossa vinda à tribuna, sr. presidente, para trazer presente duas atividades importantes que realizamos através do nosso mandato nesses últimos dias. A primeira delas, depois de instalado o Fórum Permanente do Aquífero Guarani e das Águas Superficiais, foi o agendamento de duas atividades em dois municípios do estado.

No dia de ontem estivemos reunidos no município de Schroeder com várias lideranças locais e regionais dialogando a respeito da

organização desse seminário que irá acontecer no dia 26 de abril, portanto, no fim deste mês. Numa parceria com várias organizações e entidades dos municípios que compreendem aquela região, estaremos novamente fazendo esse grande e importante debate que envolve a questão das águas profundas e, ao mesmo tempo, das superficiais. Esse seminário, além de levar conhecimento a essas regiões, listará ações práticas, concretas, destinadas ao cuidado que devemos ter com as águas superficiais e com as águas profundas.

Além de compreender e entender a formatação do próprio aquífero, é preciso despertar não somente nas lideranças, mas também nas gerações mais novas - porque são elas que, no futuro, irão usufruir deste grande e importante bem que é a água -, que, além de preservar, devemos implementar ações que, efetivamente, leve-nos a preservar tanto a água superficial, como a água profunda.

É claro que temos que mudar de atitude e não adianta esperarmos que os governos o façam. Nós temos que fazer a nossa parte como cidadãos e cidadãos que somos. Ninguém pode omitir-se, porque são as pequenas ações que farão com que se mude a concepção e a própria realidade.

Outro tema também importante trata de outro líquido, que é o vinho. Realizaremos, aqui na Assembleia Legislativa, a II Mostra do Vinho Catarinense. Já fizemos a primeira, no ano passado, em homenagem ao Dia do Vinho, que se comemora em nosso estado no primeiro domingo do mês de junho. Antecipando-nos a essa data e fazendo com que se dê maior publicidade e divulgação àquilo que produzimos no estado, realizamos a mostra sempre na quarta-feira da semana que antecede esse dia. Dessa feita realizaremos na Assembleia, no dia 30 de maio, a II Mostra do Vinho Catarinense, com maior abrangência, porque na primeira não conseguimos fazer com que todas as diferentes regiões que produzem vinho participassem.

Agora, sr. presidente, já na primeira reunião de organização da II Mostra do Vinho Catarinense tivemos a participação de todas as regiões e

também da Cresol e do Sindicato dos Vinhos, o Sindivinho, além de produtores e de outras entidades.

Na primeira mostra mais de 200 pessoas se fizeram presentes e passaram pelos estandes, no *hall* desta Casa, mais de 700 pessoas durante o dia, fazendo visitas e dialogando com as pessoas que estavam realizando a mostra.

Portanto, esperamos que no dia 30 de maio tenhamos um grupo maior ainda. E pelo fato de ter sido extremamente positivo o primeiro ato de preparação, acreditamos que nesse segundo teremos muito mais pessoas participando desse evento que procura prestigiar toda a cadeia produtiva da uva no estado de Santa Catarina.

Sabemos da sua importância e que muitas famílias vivem dessa atividade. Ao mesmo tempo, além de gerar renda para a família, ela contribui na movimentação da economia, seja do município, do estado ou da região. Portanto, é uma atividade extremamente positiva, e queremos que ela de fato represente aquilo que se produz em nosso estado, notadamente o vinho produzido em Santa Catarina.

Era isso o que eu tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Padre Pedro Baldissera.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, gostaria de fazer um convite a todos os deputados. Hoje, às 18h, a comissão do Mercosul, que é presidida pelo deputado Dóia Guglielmi, vai-se reunir com o ministro Emílio Julio Neffa, cônsul da Argentina, juntamente com vários professores da Universidade Federal de Santa Catarina, para falar sobre as Ilhas Malvinas.

Então, quero convidar os deputados para participarem da reunião e dizer que eu, em 1982,

vivi a guerra da Ilha das Malvinas, uma vez que estava morando na Argentina. Então, para mim esse é um assunto muito importante, até tendo em vista que eu sou meio argentino. *Entonces*, convido todos os srs. deputados a participarem da reunião.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Fica feito o convite do deputado Kennedy Nunes e aproveito a oportunidade para convidar todos os deputados para participarem da sessão solene de hoje, às 19h, quando será concedido o título de mCidadão Catarinense ao nosso colega, deputado Reno Caramori.

Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente e srs. deputados, hoje o assunto mais tratado nesta Casa é a questão da segurança pública. Eu, com os meus 30 anos de carreira policial, não poderia furtar-me de debater esse assunto que vejo como muito importante para a sociedade catarinense.

Primeiramente, quero ratificar tudo o que já disse de forma escrita e falada a respeito do delegado Cláudio Monteiro, que é um profissional íntegro e um grande policial. Tenho certeza de que sua família sentiu muito quando ele esteve longe participando de muitas operações. Inclusive, não houve pagamento de diária a nenhum policial. Então, ele é um policial competente, dedicado e respeitado pelos seus colegas, pela sua forma firme de conduzir as investigações, mas também pelo companheiro e parceiro que é, porque é muito fácil julgar um policial que fica atrás de uma mesa, no ar-condicionado, sem participar do confronto, do risco de vida e da importância de uma operação na madrugada.

Portanto, lá dentro do convívio policial existe muito mais do que uma relação profissional: existe uma relação de família, de sangue e de respeito, com um arriscando a vida pelo outro. E o delegado Cláudio Monteiro, como quase toda a equipe da Segurança em nosso estado, tem essa relação. Nós sabemos da importância da união, do

trabalho e de ter companheiros com os quais se pode contar na hora em que mais se precisa.

Ele sempre conduziu o Deic de forma transparente. Como disse um policial ao falar sobre uma investigação que estava sendo realizada, na qual apareceu o nome de um figurão, ao relatar o problema ao delgado Cláudio Monteiro, ele disse na gíria policial: "Toca o pau". Nem quis saber quem era e o que havia feito, mas se estava errado, tinha que investigar. Isso demonstra o caráter, a determinação, a vontade de trabalhar sem perguntar a quem iria atingir, sempre visando à defesa do estado.

Por isso, entendo que o momento foi inoportuno. Se queriam substituí-lo - e têm esse direito, deputado Jailson Lima -, que o chamassem e fizessem-no com dignidade, perguntando-lhe onde queria trabalhar. Se não definissem dessa forma, ele tem a sua lotação definida em lei e poder-se-ia fazer a troca sem a necessidade de exposição da pessoa, porque o servidor público é um trabalhador que tem família, tem colegas e tem admiração das pessoas.

Assim, entendo que o momento foi inoportuno, pois quando ele deu a declaração firme na direção do combate ao crime, dizendo que se a marginalidade viesse a Santa Catarina seria repelida com o rigor necessário, ele usou outras palavras: "Se vierem para o confronto, vão morrer!" Ele disse isso no calor do momento, no calor das prisões, depois de uma noite de trabalho. Então, entendo que o momento foi inoportuno, pois trouxe constrangimento a esse policial, a sua família. Como disse no início, quantos trabalhos e quantas noites ele trabalhou sem diária. Essa história da diária ele tem que responder, mas não em público, não sendo escrachado e condenado antecipadamente. Ele é um grande profissional que poderia, sim, ter sido substituído, ter sido mandado para outro local. Nós, profissionais da Segurança, estamos lá para trabalhar.

Há 60 dias o governo do estado assinou com 30 prefeituras, deputado Nilson Gonçalves, os

convênios para a implantação das câmeras de segurança. Pelo que sei em nenhum município ainda foram instaladas. Há tantas ações são importantes a ser realizadas, mas entendo que o mais importante é tratar com respeito, com dignidade especialmente o policial civil, que tem sido, de forma geral, o mais atingido nessas questões da Segurança Pública.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Com satisfação, ouço o deputado Jailson Lima.

O Sr. Deputado Jailson Lima - Inicialmente, quero parabenizar v.exa. pelo seu pronunciamento, porque o delegado que está sendo escrachado publicamente pelo governo é um profissional de boa índole. Tenho uma cunhada que é delegada em Rio do Sul, conheço um comissário que é nosso vereador e ambos teceram elogios ao trabalho do delegado Cláudio Monteiro. Porque não apenas ele, mas também a sua família foi atingida por não lhe permitirem o direito de resposta.

Sei que v.exa. é um deputado da base do governo e do partido dele. Secretário nomeia, mas quem coloca no cargo é o governador, assim como foi ele quem retirou. Esse delegado reconheceu o equívoco administrativo com as diárias, mas não podem tirar da sua vida, da sua história profissional todo o seu bom desempenho, que foi enaltecido em todos os jornais e nas redes sociais. Ele apenas quer ter o direito de defesa. O que mais se destacou é que a causa foram as diárias. Quantas vezes um deputado vai a Brasília, recebe a diária, não fica todo o período e quando volta, devolve. Isso já aconteceu comigo e com outros parlamentares, assim como já ocorreu de eu programar uma viagem, mas em função de um problema aéreo ela não acontecer e eu estornar as diárias.

Hoje mesmo, na coluna do jornalista Moacir Pereira, foi publicada uma matéria assinada por um segundo-tenente, se não me engano, da Polícia Militar, enaltecendo o papel do delegado Cláudio Monteiro. E não lhe permitem o direito de defesa, simplesmente dizem que ele está sendo demitido por

equivocos administrativos. Mas temos que analisar porque, se for necessário, posso citar aqui, no mínimo, 100 equivocos administrativos deste governo e muito mais graves. Mas o governo não toma uma posição, não diz nada!

Por isso, quero declarar a minha solidariedade ao dr. Cláudio Monteiro, à sua família, e parabenizo v.exa. porque além de deputado é um profissional da categoria e conhece o nível de estresse a que é submetido um policial civil.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, deputado Jailson Lima, o objetivo de todos nós é vermos um estado melhor, mais tranquilo, mais seguro.

Que servidor público até hoje não devolveu uma diária? Muitas vezes a pessoa programa uma viagem, acontece um fato superveniente e a pessoa retorna antecipadamente ou não faz a viagem. E tudo isso é um direito, fazer a devolução da diária é um direito, só não havia necessidade de ser dessa forma e pela imprensa.

A Polícia Civil fez grandes avanços, conseguiu um laboratório contra a lavagem de dinheiro e, pelo que sei, ainda não foi implantado; o sistema Guardião tem que ficar na Polícia Civil porque é um grande instrumento de investigação policial, é o sistema que faz o monitoramento das escutas do trabalho policial. Então, tudo isso tem que ser feito em defesa da Polícia Civil de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel.

(Pausa)

Na ausência do deputado Gilmar Knaesel, com a palavra o deputado Dieter Janssen, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente e srs. deputados, nossa fala de hoje vem ao encontro do assunto levantado pelo deputado Jailson Lima na parte da manhã e que acompanhamos

pela imprensa. Por isso, queremos parabenizar o governo federal pela atitude.

Há dez anos, quando éramos secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, já criticávamos os juros elevados cobrados pelos nossos bancos. Então, houve uma alteração por parte da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, ou seja, a diminuição dos juros. Estava olhando o extrato bancário da minha conta e percebi que o Banco do Brasil chega a cobrar 9% de juros ao mês dos seus clientes, o que, com certeza, dificulta o acesso ao crédito. O pequeno empresário e o microempresário que necessitam de uma pequena linha crédito, às vezes, por um sufoco, por uma folha de pagamento, um apoio no seu caixa, um juro muito alto.

Então, houve uma diminuição de até 67% na taxa do cheque especial por parte do Banco do Brasil, chegando a 45% a diminuição dos juros praticados pela Caixa Econômica Federal, na questão da compra de bens e serviços. Na aquisição de bens, então, você vai comprar uma geladeira, um eletrodoméstico no comércio, enfim, no caso do parcelamento você, com certeza, terá uma grande diferença no total do bem adquirido.

Então, como coloquei aqui, para o nosso pequeno empresário, o nosso consumidor final será com certeza mais interessante na hora de acessar o crédito. Isso vem afirmar o pensamento da nossa presidenta, do governo federal, em fazer essa diminuição.

Com relação à desindustrialização, na semana passada a classe empresarial obteve uma série de conquistas, pois o governo federal tomou medidas com vistas a melhorar a condição de competitividade dos produtos brasileiros. Com certeza, é um apoio importante, que vem numa hora em que passamos por um período de adaptação. Há países que remetem os seus produtos e disputam mercado com o produto nacional. Então, acho que é um apoio bastante importante e vem fazer com que a indústria possa ter mais condições de chegar mais perto do bolso do brasileiro.

Defendemos também, na mesma linha de apoio à nossa indústria, a geração de emprego para a população. No geral, defendemos a reforma tributária, pois os bancos captam muito barato e colocam no mercado com juros de 9%. Então, os bancos tinham um lucro muito alto.

Defendemos também a questão da reforma tributária, só que para isso precisamos de mais espaço e vamos trazer o assunto num próximo momento.

Esse é um assunto que precisa ser discutido, a fim de fazer com que todos paguem seus impostos para que o nosso Brasil consiga arrecadar mais. Hoje, quase 50% do mercado estão na informalidade. Então, precisamos trazer as empresas e as pessoas que gostariam de estar em dia com o fisco para a formalidade, ou seja, temos que fazer com que consigam recolher os seus impostos em dia. Porque assim, nós, com certeza, teremos um Brasil com mais arrecadação, todos pagando menos, mas com a soma dos impostos aumentando a arrecadação. Inclusive, colocamos na nossa audiência da saúde, na semana passada, que dali poderiam vir os recursos necessários para investir mais e fazer a correção da tabela do SUS, que está tão defasada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência agradece a participação dos funcionários da Casa que contribuíram para que a sessão pudesse desenvolver-se normalmente, especialmente aqueles que trabalharam no interior do plenário; aos policiais militares que nos deram a devida segurança; às simpáticas assessoras da Mesa Diretora, que nos deram o respaldo necessário para o nosso trabalho, e aos telespectadores da TAVL que acompanharam a nossa programação.

Antes de encerrar a presente sessão, convocamos outra, solene, para as 19h, para

concessão do título de Cidadão Catarinense ao
deputado Reno Caramori.

Está encerrada a sessão.

|

